

ASPECTOS TEÓRICOS E APLICADOS DA INTEGRAÇÃO DA FENOMENOLOGIA À PRÁTICA DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO¹

Theoretical and applied aspects of integrating phenomenology into built heritage conservation practice

Jeremy Wells²

RESUMO

Qual é o papel do patrimônio? Como estabelecemos critérios para o tombamento? Qual é a relação das pessoas com este processo e com os bens tombados? Essas são apenas algumas das questões motrizes desta conferência em que o arquiteto Jeremy Wells reflete sobre as atuais normas de patrimonialização à luz da ciência positiva, propondo uma radicalização das abordagens por meio do pensamento (e do agir) fenomenológico. O foco passa a ser a noção de lugar, a experiência e as sensações que locais de importância histórica e de aparência antiga provocam nas pessoas que se relacionam cotidianamente com eles.

Palavras-chave: Pátina. Lugar. Valor de Antiguidade

ABSTRACT

What is the role of heritage? How we establish criteria to enlist them? What is the relationship of people with this process and with the listed items? These are just some of the issues driving this conference where architect Jeremy Wells reflects on current standards for heritage under the light of positivist science by proposing a radicalization of the approaches by thinking (and acting) in a phenomenological way. The focus becomes the notion of place, experience and sensations that places of historical significance and patina provoke in people who relate with them daily.

Keywords: Patina. Place. Value of age

¹ Texto base da Conferência de Abertura do VI Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia (SEGHUM), realizado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), na cidade de Diamantina (MG), em 27 de outubro de 2015. Tradução de Letícia Padua.

² Ph.D. Clemson University. Assistant Professor of Historic Preservation, School of Architecture, Art and Historic Preservation, Roger Williams University. jwells@rwu.edu.

✉ Roger Williams University . One Old Ferry Road, Bristol, RI, USA. 02809.

INTRODUÇÃO

Os planejadores urbanos frequentemente justificam a importância da conservação do patrimônio pela manutenção de um sentido de lugar da área. Surpreendentemente, há pouca pesquisa sobre os elementos essenciais que definem o sentido de lugar em relação aos ambientes históricos, especialmente a partir de uma perspectiva fenomenológica. Apesar do sentido de lugar e do apego ao lugar figurarem proeminentemente no modo como as pessoas do cotidiano valorizam lugares históricos, estes fenômenos, atualmente, não têm seu papel reconhecido na teoria e prática ortodoxa de conservação do patrimônio construído. Com o objetivo de preencher esta lacuna, vou apresentar um breve panorama da história da pesquisa sobre os efeitos emocionais que o ambiente histórico tem nos indivíduos e o papel que a idade física dos lugares, manifestos pela deterioração ou pátina, têm no mundo-da-vida. Introduzirei o conceito de “fantasia espontânea” junto da proposição de que este fenômeno é essencial para o apego emocional aos lugares históricos e para a construção de significados culturais e sociais de relevância histórica e sua autenticidade. Por último, vou descrever como a fenomenologia pode ser implantada na prática da conservação do patrimônio construído.

Talvez, uma característica singular das profissões que trabalham a conservação do patrimônio e do ambiente construído seja de que, por lei, elas precisam valorizar o lugar, ou seja, determinar o “significado” de construções antigas, estruturas, lugares, e paisagens que levam ao tombamento nos patrimônios local, estadual, federal e mundial. O processo de tombamento depende de princípios ambíguos estabelecidos por meio de um paradigma positivista-empirista que pressupõe como real apenas os fenômenos diretamente observáveis pelos sentidos e, portanto, carece de qualquer significado

profundo real (TAINTER; LUCAS, 1983). O processo de tombamento ignora as dimensões de significação derivadas da experiência e dos valores socioculturais. Como resultado, os experts em tombamento rotineiramente ignoram os valores das populações locais e, no lugar, impõem suas competências profissionais e julgamentos objetivos, determinando quais locais têm significância histórica (SMITH, 2006). Os conservacionistas de patrimônio, portanto, focam demais na explicação do processo legal de tombamento e designação, ao invés de tentar entender como e por que o público pode realmente valorizar lugares históricos.

Até este ponto, eu poderia estar descrevendo muitas profissões nas quais dominam os valores positivistas e cientificistas, mas no caso da conservação do patrimônio construído, estes valores são exigidos por lei, em processos que deveriam reconhecer a significância, com objetivo de beneficiar o público. O que é estranho, no entanto, é que nenhum destes processos regulatórios importa-se com as maneiras subjetivas pelas quais o público valoriza lugares históricos; importam apenas os valores objetivos dos peritos. E uma vez que estes valores positivistas estão entranhados em estatutos e leis administrativas, é pouco provável que mudem. Um exemplo é nos Estados Unidos, onde a lei federal para significância histórica se baseia no critério do “Registro Nacional de Lugares Históricos”, que é baseado em valores históricos/artísticos que não se modificaram em mais de setenta e cinco anos. Intencionalmente ou não, o campo da conservação do patrimônio tem feito um extraordinário trabalho na preservação de um sistema de valores que se esforça para, como descreve Laurajane Smith (2006, p. 106), “marginalizar” os valores das pessoas comuns.

Enquanto os profissionais da conservação do patrimônio, a legislação patrimonial e a doutrina ortodoxa da conservação fazem cumprir a agenda da objetividade, da racionalidade e do cientificismo, na prática,

para o leigo, a significância histórica inevitavelmente se relaciona a um apego emocional pelo lugar. Tais experiências são baseadas no mundo-da-vida e, como advoga Jack Elliot (2002), naturalmente se inclinam para uma interpretação fenomenológica:

[...] a abordagem fenomenológica é de particular relevância quando estamos lidando com questão de significância para a preservação... Se um lugar histórico é um fenômeno, então o termo "significativo" deve ser usado na preservação para descrever lugares cuja característica física e associação das matrizes histórica, mítica e social possam e, de fato, evoquem experiências de assombro, maravilhamento, beleza e identidade, entre outros (ELLIOT, 2002, p. 54).

Qual, então, é a natureza de "ser afetado pelo ambiente histórico"?

UMA BREVE HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DO EFEITO EMOCIONAL DO AMBIENTE HISTÓRICO

No início do século dezenove, John Ruskin, em excêntrico crítico de arte que foi amplamente responsável pelo desenvolvimento da fundação da teoria de conservação do patrimônio, ficou fascinado por prédios antigos, especialmente catedrais góticas. Passou grande tempo absorvendo, desenhando e, então, escrevendo sobre sua experiência de estar nestes lugares antigos no livro "Seven Lamps of Architecture" (1989) e no "Stones of Venice" (1851; 1853b; 1853a). Embora não seja tecnicamente correto atribuir ao trabalho de Ruskin a identificação de fenomenológico, seus escritos frequentemente focavam na experiência subjetiva de estar em certos lugares. Ele detalhou, particularmente, o caráter estético de prédios góticos, exaltando sua natureza superior, honesta e artesanal comparada à construção contemporânea e como estas características o faziam se sentir, especialmente as características

expressas por meio da idade da construção. Foi o efeito da idade física desses lugares sobre nosso estado emocional o aspecto que ele mais aprofundou. Para Ruskin (1877, p. 74), o estado decadente dos prédios antigos essencialmente catalisava um "sentimento de melancolia mista" quando os experienciava. Ele descreveu como esta aparência envelhecida das construções se manifestava como "uma profunda sensação de expressividade, de uma vigilância original, de misteriosa simpatia" e como a decadente pátina das superfícies literalmente absorvia a essência das "ondas passageiras de humanidade" que o prédio experimentou ao longo do tempo (RUSKIN, 1989, p. 186). Ruskin ficou obcecado em tentar entender as emoções que esta "mancha dourada do tempo" instilava em seu ser, frequentemente comparando a deterioração da natureza com a deterioração das construções (RUSKIN, 1877, p. 73). Neste sentido, Ruskin empreendeu uma das primeiras explorações metódicas sobre como o estado emocional de um indivíduo é afetado pelas superfícies envelhecidas em um ambiente histórico.

Na virada do século XX, a prática da história, especialmente da arqueologia, cada vez mais enfatizava a precisão científica e a objetividade enquanto depreciava elementos "teatrais" do ambiente histórico. Alois Riegl (1996), um historiador da arte austríaco, escreveu sobre a crescente dicotomia entre o subjetivismo simbolizado pelo trabalho de Ruskin e esse crescente cientificismo, quando criou o conceito de "valor de antiguidade", que "se dirigia especificamente às emoções" em oposição ao "valor histórico" que "se coloca em bases científicas" e como tanto a experiência como a objetividade descrevem lugares históricos, respectivamente. Valor de antiguidade é experiencial e caracterizado pela emoção e subjetividade enquanto valor histórico é positivista, científico e objetivo. Por meio destes conceitos, Riegl ajudou a cimentar a importância da deterioração e

pátina na teoria de conservação do patrimônio, mas, infelizmente, ao longo do século seguinte, a prática da conservação prestou pouca atenção às qualidades experienciais da deterioração.

O filósofo francês Maurice Merleau-Ponty é amplamente reconhecido pelo desenvolvimento de uma fenomenologia existencial da mente, em meados da década de 1940 (*e.g.*, SEAMON, 1982; PRIEST, 1998), e embora não tenha focado especificamente em ambientes históricos, estabeleceu o lugar da significância histórica como residindo não apenas no presente, mas também dentro de si (MERLEAU-PONTY, 1962, p. 413), contrapondo a prática ortodoxa de conservação que insiste que a significância está sempre no presente e, de algum modo, fisicamente personificada na construção (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006, p. 349). Foi apenas na década de 1970 que o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan (1974; 1977) renovou a investigação acadêmica da experiência subjetiva de lugares históricos por meios de uma abordagem fenomenológica, ainda que limitada. Nesta década, Edward Relph (1976) também explorou a natureza de um sentido autêntico de lugar, que está relacionado à autenticidade histórica, trazendo uma base experiencial ao conceito que, até então, era baseado apenas nas qualidades visuais e temporais da estrutura da construção e da paisagem. O posterior estudo fenomenológico de Kim Dovey (1985) explorou tema similar, concluindo que a autenticidade está relacionada mais ao modo como as pessoas usavam o espaço do que na estética.

Nas décadas mais recentes, David Seamon (1979; 1984; 1993), Edward Casey (1993; 1997; 2007), Jeff Malpas (1999; 2006) e Roberto Mugerauer (1994; 1995) reforçaram a importância central da fenomenologia na compreensão da experiência do lugar. Além disso, estes autores ajudaram a legitimar a relação ontológica entre o lugar e o ser original, explorado por Heidegger, onde a primazia do lugar

é essencial à experiência de todos os esforços humanos, incluindo a memória. Como Jeff Malpas (1999, 186), descreve, memória e lugar estão relacionados por meio da “ordenação da terra [que] continua em sua frente, em caminhos, monumentos e sítios, [apresenta] uma memória cultural e um depósito de ideias”. A memória, no entanto, não é puramente recordação objetiva, ela envolve um ato criativo que Merleau-Ponty (1962, p. 242) descreve como a formação de um “passado original, um passado que nunca foi presente”, e os lugares têm o potencial de acionar falsas memórias ou ilusões (Malpas 1999, p. 86). Lugares históricos, em particular, tendem a evocar nostalgia – um ato criativo, imaginativo – que é frequentemente construído sobre um passado que nunca realmente existiu, especialmente quando fatos objetivos sobre o passado não estão disponíveis (CASEY, 1987).

Por causa de sua ênfase na experiência vivida, emoção e significado pré-cognitivo, a fenomenologia é um método particularmente poderoso para compreender o que é significativo sobre o ambiente histórico a partir de uma perspectiva pessoal (ELLIOTT, 2002, p. 54), no entanto há poucos exemplos de tal trabalho na literatura – ao menos na literatura publicada em inglês. Alguns exemplos incluem o estudo de Farmer e Knapp (2008) sobre programas de interpretação histórica no West Baden Springs Hotel em West Baden, Indiana, Estados Unidos e a comparação de Stefanovic (1998) da antiga cidade de Cavtat, na Croácia e o recente desenvolvimento suburbano em Toronto, Canadá. Devo ser o único pesquisador que publicou trabalhos (*e.g.*, WELLS; BALDWIN, 2012) que usam a redução fenomenológica para abordar especificamente o valor de antiguidade, o que é surpreendente, considerando a gênese precoce do trabalho de Ruskin. Isso pode ser explicado, em parte, pelo domínio da doutrina de conservação do patrimônio que, de propósito, menospreza investigações da

experiência emocional e subjetiva do ambiente histórico (WELLS, 2007).

A EXPERIÊNCIA DO VALOR DE ANTIGUIDADE

Idade é a descrição física de um objeto ou a inevitável deterioração de um ambiente ao longo do tempo. As pessoas experienciam a idade física dos lugares até o ponto no qual a percepção se mistura com sentimentos que resultam de estar dentro, de experimentar o ambiente histórico. A idade física é uma percepção biológica – um “senso animal” como descreve Robert Lanza (2007, p. 22) – e não um fenômeno que pode ser descrito pelo físico. De tal modo, ele desafia a simples descrição objetiva e quantificação. A experiência da idade é, portanto, parte do mundo-da-vida (ELLIOTT, 2002) e, de tal modo, está frequentemente acompanhada de sentimentos profundos de mistério, descobrimento e beleza. O “valor de antiguidade” soma uma dimensão experiencial à descrição puramente objetiva, sobre o modo como uma construção naturalmente se transforma e se degrada ao longo do tempo. Barbara Appelbaum (2007, p. 104 – grifos do autor) sucintamente indica que um “objeto tem valor de antiguidade quando é velho, parece velho, e nós **gostamos** que ele pareça velho”. Além disso, o valor de antiguidade está relacionado à autenticidade; objetos que são velhos, mas que, no entanto, não exibem sinais da idade, deterioração

ou pátina, nos parecem estranhos, como se tivesse um tipo de “falso novo”. Riegl (1996, p. 73) se refere ao valor de antiguidade como “imperfeição, falta de completude, uma tendência a dissolver forma e cor” e “deterioração de desintegração”, mas não forneceu detalhes específicos ou exemplos de como isso iria se manifestar em um monumento particular, deixando a interpretação para o leitor.

Com o objetivo de entender o valor de antiguidade, devemos definir a manifestação física de deterioração em relação à percepção por meio do uso de uma escala, a qual está descrita na Figura 1. Do lado esquerdo da escala não há evidência de deterioração,

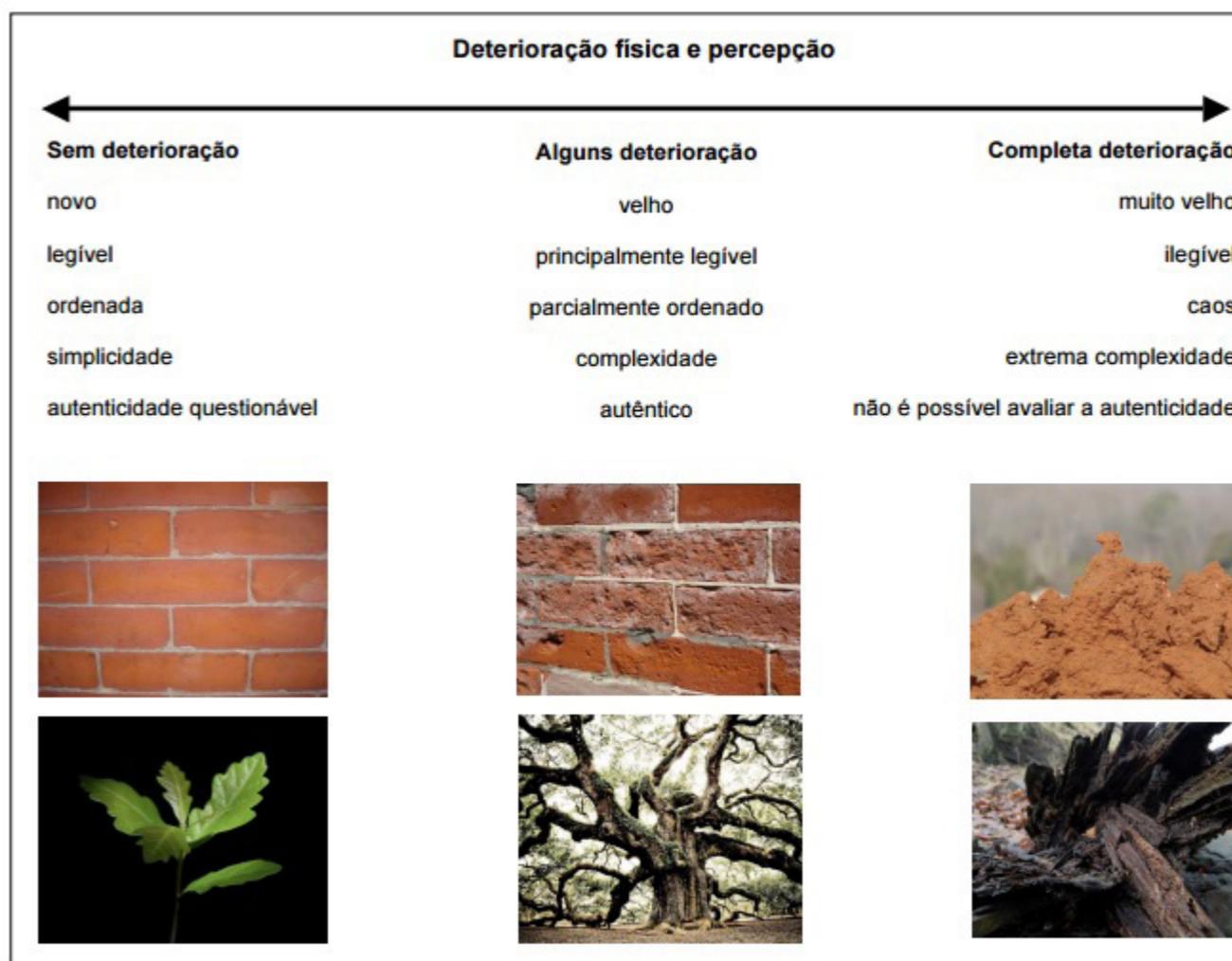


Figura 1 – Relação entre deterioração e percepção
Fonte: Organização do autor

os materiais ou paisagem parecem “novos”. Do lado oposto da escala está a completa dissolução da forma, ao ponto onde é impossível deduzir as aparências originais. Apesar dos tijolos de uma construção poderem ser usados como exemplo, as paisagens completas também podem ser abordadas de modo similar. Este instrumento deve tornar claro a relação entre a idade percebida, a deterioração, a autenticidade e a completude. À medida que materiais e paisagens envelhecem, os dois submetem-se a uma mudança na percepção do aumento da autenticidade e complexidade.

Ruskin (1989, p. 187) descreveu a deterioração do material de construção como a “mancha dourada do tempo”. A ideia de uma mancha é apropriada porque “pátina” se refere à superfície dos objetos e, em sentido metafórico, à superfície da paisagem. A pátina é cheia de significado, autenticidade e valor como relata Bernard Feilden (1994, p. 247-248): “A pátina é adquirida pelos materiais de uma construção histórica por meio do envelhecimento, pelo tempo ou oxidação e pelo uso. É algo que não pode ser produzido artificialmente, uma vez que o envelhecimento artificial que falsários e restauradores comerciais aplicam sempre parecerá falso passado algum tempo. [...] A pátina é preciosa porque só pode ser adquirida com o tempo”. O valor associado ao pátina torna fácil de imbuí-la com alta qualidade artística; o pincel da natureza melhora o trabalho da humanidade por meio de “bolhas, rachaduras, descascados, mofo, descoloração aleatória, e resíduos depositados pela água” (EDENSOR, 2005, p. 72) (Figura 2).

Na criação deste manuscrito, eu não tinha certeza se a palavra em português “pátina” era o termo correto para associar com valor de antiguidade. Meu uso foi confirmado por Zancheti, Silva, Lira, Braga e Gameiro (2008), pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, que afirmam que:

A pátina é fundamental para a percepção do valor de antiguidade porque ela remete à noção da percepção da passagem do tempo e à ideia de envelhecimento e decaimento. [...] [A] pátina passa a expressar duas noções: uma que se refere à ação do tempo sobre determinado objeto e outra que diz respeito ao resultado dessa ação no objeto, isto é, a pátina aparece tanto como a causa, quanto como



Figura 2 – Pátina
Fonte: Foto do autor

o efeito (ZANCHETI; SILVA; LIRA; BRAGA; GAMEIRO, 2008, p. 1).

A deterioração geralmente tem conotações negativas, como quando se refere à “ferrugem ou bolor”, enquanto a deterioração agradável é chamada de “pátina”. O tipo específico de material à mão também influencia o apelo. Falando genericamente, a passagem do tempo melhora a aparência de materiais construtivos tradicionais tais como pedra, tijolo, bronze enquanto materiais construtivos modernos tais como concreto, alumínio e aço ficam cada vez mais feios com a passagem do tempo (DEKKERS, 2000, p. 51). Deste modo, a decisão de se a pátina é desgaste ou ferrugem, bolor ou sujeira está relacionada ao material à mão e à experiência de

quem vê. Ultimamente a classificação da deterioração em categorias positiva e negativa está relacionada aos valores pessoais baseados nesta experiência; o “desastre” de uma pessoa é a “ruína romântica” de outra e tal determinação é, no fim, um processo subjetivo (MUÑOZ VIÑAS, 2005, p. 104). A Figura 3 contém um fluxograma que mostra como este processo pode ocorrer.

De acordo com Phoebe Weil (1996), o termo “pátina” começou a ser usado no século dezessete para descrever o acabamento escuro de uma superfície “que o tempo provoca nas pinturas, que pode ocasionalmente ser torna-los

mais bonitos”. A aplicação deste acabamento é conhecida como “patinação” – o mesmo termo frequentemente aplicado para o processo de envelhecimento de alguns metais. Apenas humanos ocupam-se de fazer pátina enquanto a natureza simplesmente cria a pátina. O conservador de arte e arquiteto Paul Philippot (1996, p. 373) define pátina como “a relação entre o estado original e o estado atual dos materiais originais” de um objeto histórico. Esta relação não é simplesmente uma descrição física, mas uma que requer deliberação e interpretação. Para Philippot, pátina “não é física ou química, mas um conceito crítico” (1996, p. 373). A pátina é, portanto, criada por atos da natureza e dos homens: quando a mudança é de origem natural, tende a ser usada como sinônimo de deterioração ou degradação; quando a mudança é artificial por meio do processo de patinação ele é ou embelezamento artístico ou tentativa de falseamento. Deterioração e artifice tornam-se pátina quando adquirem conotação positiva para os intérpretes do objeto histórico.

Enquanto a idade pode adicionar valor positivo para o lugar – por meio da pátina – também pode ser percebido negativamente dependendo do contexto. Concreto antigo é deterioração ou patina? (Figura 4.) O aparecimento de crescimento biológico em alvenaria é deterioração ou patina? (Figura 5.) A superfície de plástico antigo é deterioração ou patina?

Desde os anos 1960, artistas têm, cada vez mais, representado e fotografado áreas industriais e paisagens modernas “comuns” que mostram sinais de deterioração. O resultado final de seu trabalho é uma nova definição de belo na qual a deterioração moderna é transformada em arte. As ruínas geraram até livros de cabeceira como o “American Ruins” (“Ruínas Americanas”), de Camilo Vergara (1999), um trabalho que explora a “beleza

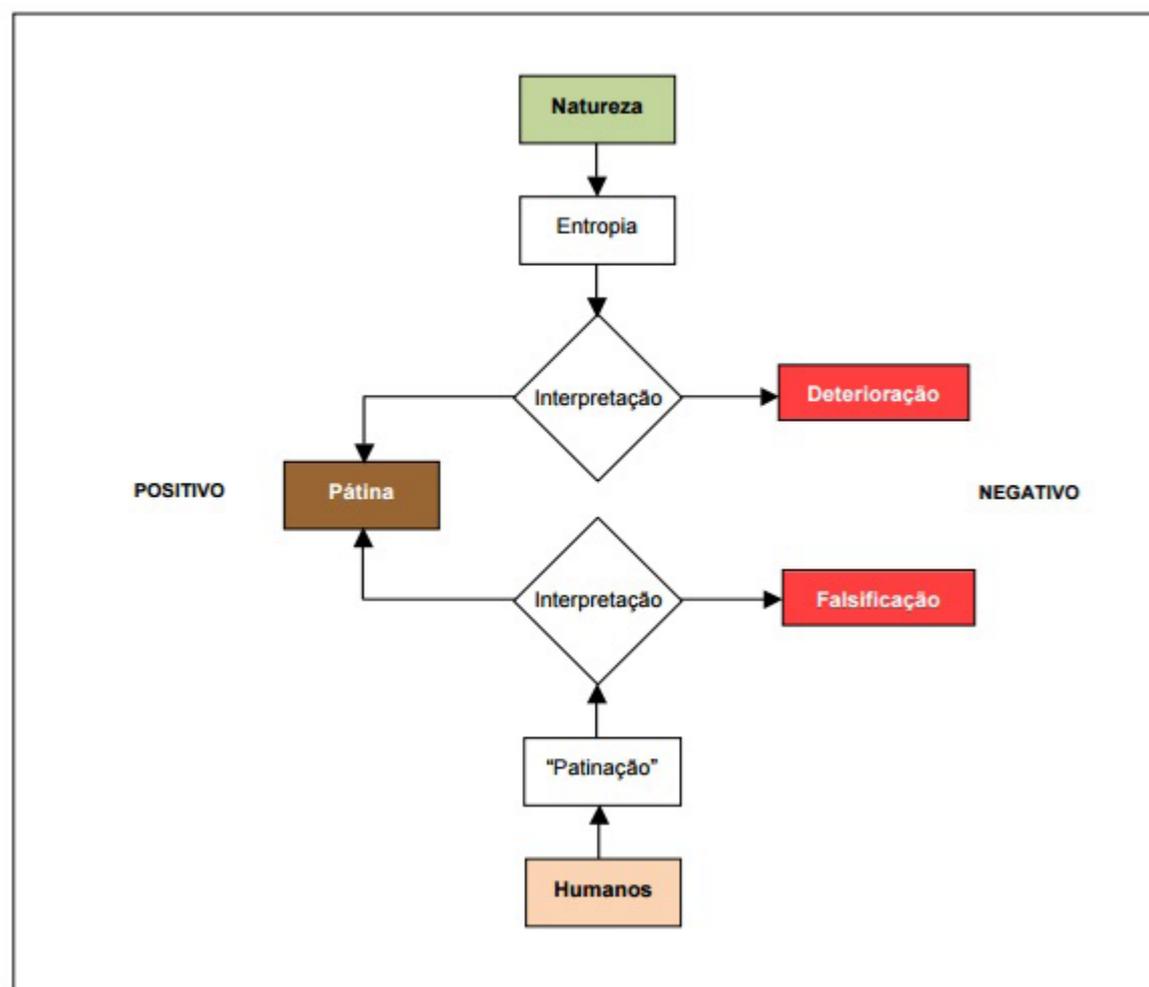


Figura 3 – Como a deterioração é percebida como pátina
Fonte: Organização do autor



Figura 4 – Alterações no concreto ao longo do tempo: deterioração ou pátina?
Fonte: Foto do autor

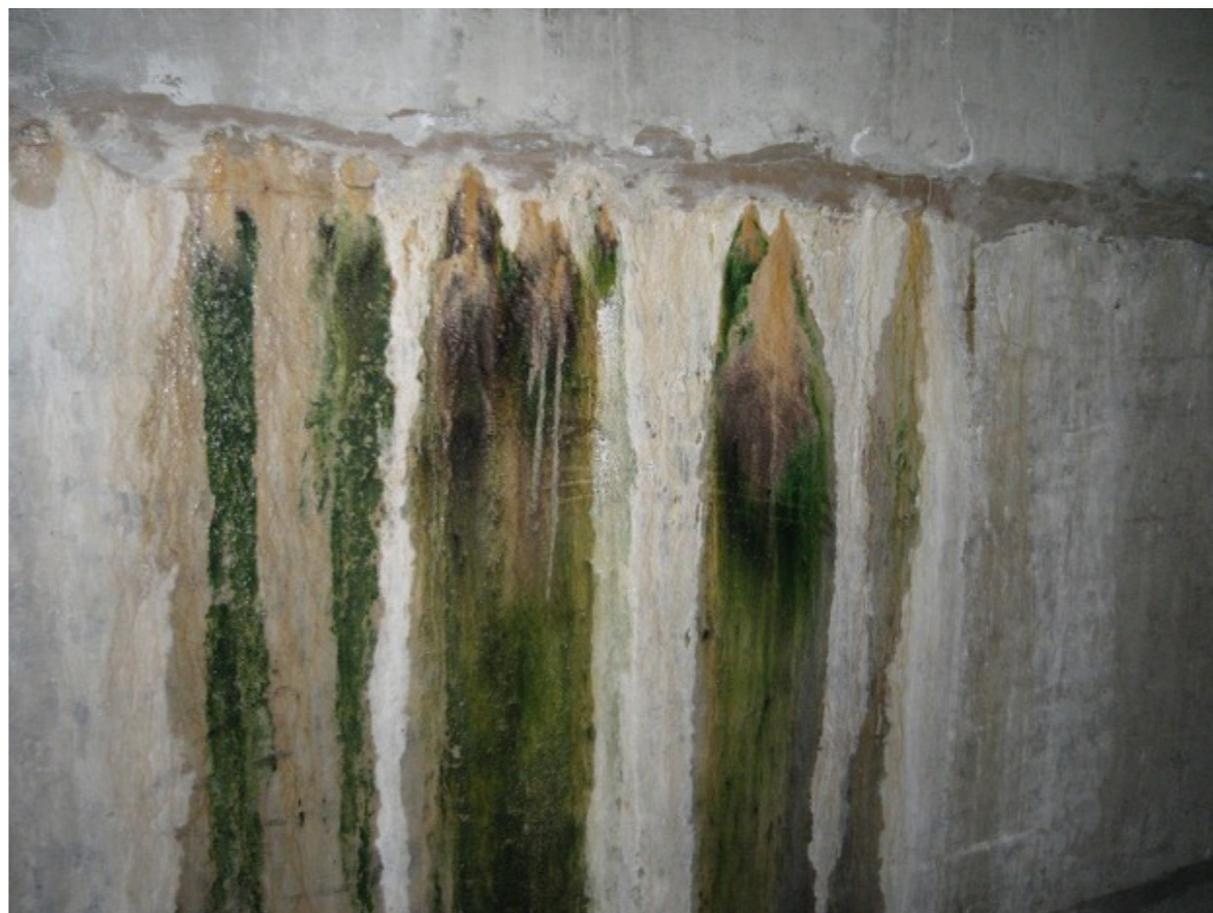


Figura 5 – Crescimento biológico: deterioração ou pátina?
Fonte: Foto do autor

peculiar” das ruínas de cidades interioranas americanas em Nova York, Camden, Newark, Philadelphia, Baltimore, Chicago, Gary, Los Angeles e Detroit. Estes são lugares universalmente percebidos como perigosos ou proibitivos, no entanto há uma sedução misteriosa e um apelo estético a essas paisagens. Para Robert Ginsberg (2004, p. 317), as

ruínas são poéticas, lugares mágicos, “uma fantasia que dança à luz do luar. O gosto por ruínas incita o maravilhamento. Encantados, nós somos cativados por sentimentos rudimentares que vêm à luz como raios de luar e então afundam atrás das sombras de muros primitivos. Estremecer com deleite”.

As ruínas obtêm seu valor, em parte, por meio da “interseção de cultura e natureza” (DICKINSON, 2001, p. 60), muito da forma que Ruskin percebia a

evolução de sua “mancha dourada de tempo”. Normalmente, por meio da manutenção regular de plantas, líquens e mofo não se permite começar a digerir e vagorosamente dissolver estruturas. Com as ruínas, no entanto, a natureza libertou o abandono e soma-se à pátina do lugar, adicionando uma camada estética extra de apreciação. No extremo, torna-se difícil determinar onde a cultura acaba e a natureza termina uma vez que ambas se confundem na experiência.

Em resumo, enquanto a deterioração em ambientes construídos pode ser interpretada à uma luz negativa, é frequentemente exatamente o oposto. Quando a deterioração se torna pátina, ela é reverenciada, torna-se uma commodity preciosa que empresta autenticidade para o lugar e nos permite usar nossa imaginação para conectar-nos com o passado. A pátina, portanto, abre as portas para fantasias espontâneas – histórias enraizadas em lugares particulares, catalisadas pela aparência física dos objetos na paisagem.

O PAPEL DA FANTASIA ESPONTÂNEA NO APEGO EMOCIONAL A AMBIENTES HISTÓRICOS

Guiada pela doutrina da conservação do patrimônio, a prática acadêmica e profissional da preservação histórica foca na objetificação da história, enquanto aborda apenas tangencialmente o papel do patrimônio na definição de significância histórica. Esta prática, infelizmente, ignora o papel do mundo-da-vida na experiência do lugar. Fundamentalmente, as pessoas experienciam o lugar de um modo altamente subjetivo e saber ou revelar a história objetiva ou “real” não necessariamente corresponde a um aumento da experiência afetiva como um todo, nem necessariamente se relaciona com o quão importante o lugar é para indivíduos ou grupo de pessoas. Essa qualidade subjetiva do ambiente histórico construído está

fundamentalmente em desacordo com a regra de ouro da teoria ortodoxa da conservação: não criar uma “falsa sensação de história” (WEEKS; JANDL, 1996, p. 19) para evitar que os aspectos “subjetivos” de uma experiência afetiva entrem em cena. Salvador Muñoz Viñas (2005, p. 93) explica que o problema fundamental com essa linha de raciocínio é que para um objeto ter uma falsa história, sua existência deve também ser falsa, mas isso é impossível porque “objetos não podem existir em um estado de falsidade, e nem podem ter uma falsa natureza. Se eles realmente existem, são inerentemente reais”.

E se a significância histórica para a maioria das pessoas tiver muito mais a ver com fantasia do que com fatos objetivos? Nessa perspectiva, não há mais ênfase na “verdade” e a experiência torna-se mais importante. Na minha própria pesquisa (WELLS; BALDWIN, 2012), descobri que pátina em ambientes históricos tem a capacidade única de catalisar um tipo de fantasia espontânea na mente das pessoas que a experienciam. No meu estudo, dei aos participantes câmeras descartáveis e pedi que eles tirassem fotografias de seus bairros históricos enquanto estivessem andando por ele. Depois de tirar as fotos, os participantes me enviavam as câmeras pelos correios, eu revelava o filme e marcava uma entrevista de foto-reação. Nessas entrevistas, meus informantes continuamente descreviam este fenômeno como uma fantasia espontânea quando experienciavam certas características da paisagem em seus bairros. Por exemplo, um homem descreveu como, em sua mente, ele via soldados da Guerra Civil Americana marchando escadas acima, enquanto focava a câmera preparando-se para tirar a foto. Ele admitiu que não tinha a menor ideia se isso havia acontecido ou não mas, para ele, essa era uma experiência altamente emocional que ajudava a criar um vínculo com o lugar.

É importante diferenciar a fantasia espontânea da fantasia pré-mediada. Na primeira, os processos de cognição e o pensamento de alto nível são acionados quando criam a narrativa. No último, no entanto, a narrativa simplesmente aparece sem esforço significativo da parte do indivíduo afetado. Estas fantasias espontâneas parecem aparecer inconscientemente e automaticamente e assim pode ser difícil, se não impossível, reprimir a formação destas imagens narrativas sobre o passado. Enquanto uma pessoa pode se afundar em implicações freudianas sobre a natureza destas fantasias, o fato é que elas vão acontecer, e continuar a acontecer, apesar dos costumes culturais ou sociais. Negar este tipo de fantasia espontânea é negar a natureza humana.

E se a história imaginária do lugar – por meio da experiência da fantasia espontânea – aumentar o apego ao lugar? Se sim, então esta experiência está fundamentalmente em desacordo com a teoria e prática ortodoxa da conservação. É provável que tais abordagens subjetivas para a prática da conservação sejam difamadas como nostálgicas, “visões românticas” do passado (CLIVER, 1992, p. 177). De fato, a fantasia espontânea e a imaginação são conceitos problemáticos para todas as disciplinas do ambiente construído. Estas palavras conjuram imagens pejorativas da “disneyficação” da paisagem e os maus da nostalgia; é a penúltima frivolidade irracional que designers devem evitar a todo custo. A existência, no entanto, de uma relação entre pátina e fantasia espontânea não pode ser apagada pelas duras críticas de designers. De acordo com Rodney Harrison (2004, p. 204), “ruína e deterioração [evocam] o sentido fenomenológico de ser afetado-pelo-passado” e estimulam um “espaço criativo dentro do qual novas memórias podem ser criadas e conjuradas”. Qual é a natureza deste processo de “ser afetado”? Inevitavelmente, a resposta leva ao ato criativo da imaginação. Robert Riley (1997) refere-se ao termo

“vicário” como um tipo de experiência paisagem”, em que a paisagem real, observado leva a uma paisagem vivida internamente que é muito mais rico e mais pessoal do que a paisagem “real”. Vicários é um nome inadequado para esta experiência, mas não marcar drasticamente a distinção da “real”, ou observável, experiência paisagem, e é pelo menos tão adequada quanto os outros termos que vêm à minha mente—**paisagem-fantasia** ou paisagem interna narrativa” (RILEY, 1997, p. 207 – grifos do autor). Afinal, “o edifício ou documento mais perfeitamente preservado torna-se sugestivo, de fato, ‘histórico’, somente através de nossa imaginação” (LUKÁCS, 1994/1968, p. 238).

O processo pelo qual a fantasia espontânea ocorre é “involuntária” e “assombra” nossas “experiências da memória imediata” (EDENSOR, 2005, p. 18). Qualquer tentativa de análise racional dos significados dessas fantasias espontâneas é falha porque elas não são **reais, verdadeiras ou precisas**. Elas são, por definição, significados artificiais que podem ser completamente divorciados dos eventos históricos. Então porque a mente humana persiste em sua criação, mesmo que nós tentemos fortemente retirá-los da existência por meio da doutrina da preservação? Edensor (2005) explica que valorizamos a fantasia espontânea porque ela oferece a experiência transcendente da descoberta, da mágica, da novidade e do mistério:

A promessa de vistas extraordinárias e experiências misteriosas é construída na cultura popular das crianças com uma miríade de contos de aventuras em jardins secretos, labirintos mágicos, florestas densas e encantadas...as ruínas [têm essa] promessa do inesperado. Uma vez que os usos originais das construções em ruínas passaram, existem possibilidades ilimitadas para o encontro com o estranho, com lendas impenetráveis inscritas na interpretação imaginativa, libertas pelas hipóteses que pesam forte no espaço altamente codificado e regulamentado. Desprovido destes códigos normativos – o arranjo das coisas no lugar, a desempenho de ações regulamentadas, a exibição

de bons alinhamentos como commodities para o espetáculo – o espaço em ruínas é pleno de possibilidades transgressivas e transcendentais (EDENSOR, 2005, p. 3-4).

Os valores de patrimônio derivam do mundo-da-vida e, portanto, são manufaturados por meio da experiência e não são, como dita a doutrina da conservação patrimonial, baseadas em uma realidade objetiva e fatos históricos. Essa ideia é diferente da do “patrimônio-como-artefato” ou da abordagem histórica que foca apenas nas questões de tempo e autenticidade – elementos que são frequentemente externos à esfera da experiência cotidiana de lugar. De acordo com Lisa Breglia (2006, p. 34), uma antropóloga, o patrimônio é “uma prática contingente situada no tempo e espaço presentes” e é baseada na experiência individual que desafia definições únicas e monolíticas. O contexto do patrimônio gera memórias específicas, ideias que Foucault (1972, p. 100) chamou de significados contingentes da “existência material” – experiências similares em contextos diferentes vão alterar os resultados significativos daqueles contextos.

CONCLUSÃO

O argumento aqui é que, longe de ser uma busca tangencial, a fenomenologia deve formar um núcleo metodológico para a compreensão de como as pessoas são ligadas aos ambientes construídos mais antigos. As descobertas das investigações fenomenológicas podem, então, serem usadas para identificar o que é e o que não é significativo em termos do que deve ser conservado e como. Além disso, pode-se determinar melhor como os praticantes da conservação devem realizar intervenções para preservar o apego das pessoas aos ambientes históricos.

No entanto, há várias razões do porquê é difícil alcançar atualmente a integração da pesquisa fenomenológica com a conservação do patrimônio. Os típicos praticantes de conservação têm pouca experiência nas ciências sociais, e cientistas sociais, geógrafos e pesquisadores de percepção ambiental têm mostrado interesse limitado em pesquisas que abordam especificamente o ambiente histórico. Além disso, os programas de conservação de patrimônio construído parecem atualmente desinteressados em ensinar, aos praticantes da conservação, os métodos de comportamento ambiental e fenomenologia.

Um motor de mudança pode estar no crescente interesse de países não ocidentais na conservação do patrimônio. Na China, por exemplo, diferenças culturais ajudaram a provocar uma flexibilidade na interpretação da autenticidade ambiental por meio de valores da cultura local. Motivados pela necessidade de reconhecer valores aborígenes, a Carta de Burra e o Documento de Nara sobre Autenticidade abriram a porta para o pluralismo cultural, apesar de ainda embebidos no enquadramento positivista da prática tradicional de conservação.

Enquanto a importância dos valores sociais, culturais e experienciais contemporâneos na conservação do patrimônio tem tirado proveito de um debate cada vez mais amplo ao longo da última década, há uma preocupação de que este movimento já tenha sido eclipsado pelo desejo do campo de estar associado à sustentabilidade ambiental. Neste sentido, um paradigma positivista é substituído por outro, enquanto a conservação do patrimônio permanece incondicionalmente associada às soluções tecnológicas e não disposta a enfrentar questões fundamentais e subjetivas relacionadas à valorização do lugar. Se, ostensivamente, estamos conservando lugares antigos para o benefício das pessoas, então porque a regulamentação da conservação do patrimônio ignora ou rejeita suas experiências e valores?

Para a compreensão do ambiente histórico é necessária mais pesquisa feita pelos fenomenólogos, que ainda não prestaram atenção particular ao fenômeno específico deste aspecto no mundo-da-vida, tais como a fantasia espontânea e o modo como estas experiências podem informar melhor a construção de significância histórica. Deterioração e pátina nos dão pistas para a autenticidade histórica de um lugar, mas mais importante, são fundamentais na promoção de um estado emocional alterado que é pré-requisito para o apego ao lugar. Muito já foi escrito sobre o “sentido de lugar” engendrado por lugares históricos, mas em um modo não crítico que leva à experiência de enfrentar valores sem tentar entender seu papel no mundo-da-vida. Por fim, uma melhor compreensão do ambiente histórico pela fenomenologia pode levar a ferramentas mais efetivas para a identificação e conservação de lugares históricos. ☺

REFERÊNCIAS

- APPELBAUM, B. **Conservation treatment methodology**. Boston: Butterworth-Heinemann, 2007.
- BREGLIA, L. **Monumental ambivalence: the politics of heritage**. Austin: University of Texas Press, 2006.
- CASEY, E. S. The world of nostalgia. **Man and World**, v. 20, n. 4, 361-384, 1987.
- CASEY, E. S. **Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world**. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- CASEY, E. S. **The fate of place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- CASEY, E. S. **The world at a glance**. Bloomington: Indiana University Press, 2007.
- CLIVER, E. B. (1992). Revisiting past rehabilitation projects. In: LEE, A. J. (Ed.) **Past meets future: saving America's historic environments**. Washington, DC: Preservation Press, 1992, p. 175-180.
- DEKKERS, D. M. **The way of all flesh: the romance of ruins**. (S. Marx-Macdonald, Trans.). New York: Ferrar, Straus and Giroux, 2000.
- DICKINSON, J. Monuments of tomorrow: industrial ruins at the millenium. **Critical Perspectives on Urban Redevelopment**, v. 6, p. 33-74, 2001.
- DOVEY, K. (1985). The quest for authenticity and the replication of environmental meaning. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Ed.) **Dwelling, place and environment**. The Hague: Martinus Nijhof, 1985, p. 33-50.
- EDENSOR, T. **Industrial ruins: spaces, aesthetics, and materiality**. New York: Berg, 2005.
- ELLIOTT, J. D. Radical preservation: toward a new and more ancient paradigm. **Forum Journal**, v. 16, n. 3, p. 50-56, 2002.
- FARMER, J.; KNAPP, D. Interpretation programs at a historic preservation site: a mixed methods study of long-term impact. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 2, n. 4, p. 340-361, 2008.
- FEILDEN, B. M. **Conservation of historic buildings**. Oxford: Architectural Press, 2004.
- FOUCAULT, M. **The archaeology of knowledge**. New York: Partheon Books, 1972.
- GINSBERG, R. **The aesthetics of ruins**. Amsterdam: Rodopi, 2004.
- HARRISON, R. **Shared landscapes: archaeologies of attachment and the pastoral industry in New South Wales**. Sydney: UNSW Press, 2004.
- LANZA, R. A new theory of the universe. **The American Scholar**, v. 76, n. 2, p. 18-33, 2007.

- LUKACS, J. **Historical consciousness: the remembered past.** New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1994.
- MALPAS, J. **Place and experience: a philosophical topography.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MALPAS, J. **Heidegger's topology: being, place, world.** Cambridge: MIT Press, 2006.
- MERLEAU-PONTY, M. **Phenomenology of perception: an introduction.** (C. Smith, Ed.). London: Routledge, 1962.
- MUGERAUER, R. **Interpretations on behalf of place: environmental displacements and alternative responses.** Albany: State University of New York Press, 1994.
- MUGERAUER, R. **Interpreting environments: tradition, deconstruction, hermeneutics.** Austin: University of Texas Press, 1995.
- MUÑOZ VIÑAS, S. **Contemporary theory of conservation.** Amsterdam: Elsevier, 2005.
- PHILIPPOT, P. The idea of patina and the cleaning of paintings. In: PRICE N.; TALLEY, M. K.; VACCARO, A. M. (Eds.) **Historical and philosophical issues on the conservation of cultural heritage.** Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996, p. 372-376.
- PRIEST, S. **Merleau-Ponty.** London: Routledge, 1998.
- RELPH, E. C. **Place and placelessness.** London: Pion, 1976.
- RIEGL, A. The modern cult of monuments: its essence and its development. In: PRICE, N. S.; TALLEY, M. K. J.; VACCARO, A. M. (Eds.) **Historical and philosophical issues on the conservation of cultural heritage.** Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996, p. 69-83.
- RILEY, R. B. The visual, the visible, and the vicarious: questions about vision, landscape, and experience. In: GROTH, P.; BRESSI, T. (Eds.) **Understanding ordinary landscapes.** New Haven, CT: Yale University Press, 1997, p. 200-209.
- RUSKIN, J. **The stones of Venice: the foundations.** New York: John Wiley, 1851.
- RUSKIN, J. **The stones of Venice: the fall.** London: Smith, Elder, and Co., 1853a.
- RUSKIN, J. **The stones of Venice: the sea-stories.** London: Smith, Elder, and Co., 1853b.
- RUSKIN, J. **The poetry of architecture: cottage, villa, etc.** New York: John Wiley & Sons, 1877.
- RUSKIN, J. **The seven lamps of architecture.** New York: Dover Publications, 1989.
- SEAMON, D. **A geography of the lifeworld.** London: Croom Helm, 1979.
- SEAMON, D. The phenomenological contribution to environmental psychology. **Journal of Environmental Psychology**, v. 2, p. 119-140, 1982.
- SEAMON, D. Emotional experience of the environment. **American Behavioral Scientist**, v. 27, n. 6, p. 757-770, 1984.
- SEAMON, D. **Dwelling, seeing, and designing: toward a phenomenological ecology.** Albany: State University of New York Press, 1993.
- SMITH, L. **Uses of heritage.** London; New York: Routledge, 2006.
- STEFANOVIC, I. L. Phenomenological encounters with place: Cavtat to Square One. **Journal of Environmental Psychology**, v. 18, n. 1, p. 31-44, 1998.
- TAINTER, J. A.; LUCAS, G. J. Epistemology of the significance concept. **American Antiquity**, v. 48, n. 4, p. 707-719, 1983.
- TUAN, Y.-F. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1974.

Aspectos Teóricos e Aplicados da Integração da Fenomenologia à Prática da Conservação do Patrimônio
Jeremy Wells

TUAN, Y.-F. **Space and place: the perspectives of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

VERGARA, C. **American ruins**. New York: Monacelli Press, 1999.

WATERTON, E.; SMITH, L.; CAMPBELL, G. The utility of discourse analysis to heritage studies: the Burra Charter and social inclusion. **International Journal of Heritage Studies**, v. 12, n. 4, p. 339-355, 2006.

WEEKS, K. D.; JANDL, H. W. (1996). The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historical Properties: a philosophical and ethical framework for making treatment decisions. In: KELLEY, S. J. (Ed.) **Standards for Preservation and Rehabilitation**. Conshohocken, PA: ASTM, 1996, p. 7-23.

WEIL, P. D. (1996). A review of the history and practice of patination. In: PRICE, N. S.; TALLEY, M. K. J.; VACCARO, A. M. (Eds.) **Historical and philosophical issues on the conservation of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996, p. 394-414.

WELLS, J. C. The plurality of truth in culture, context, and heritage: a (mostly) post-structuralist analysis of urban conservation charters. **City and Time**, v. 3, n. 2:1, p. 1-13, 2007.

WELLS, J. C.; BALDWIN, E. D. Historic preservation, significance, and age value: A comparative phenomenology of historic Charleston and the nearby new-urbanist community of l'On. **Journal of Environmental Psychology**, v. 32, n. 4, p. 384-400, 2012.

ZANCHETI, S. M.; SILVA, A. F.; LIRA, F. B.; BRAGA, A. C.; GAMEIRO, F. B. **A pátina na cidade; texto para discussão v. 31**. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008.

Sumetido em Janeiro de 2016.

Aceito em Janeiro de 2016.